



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo - Especialidade Consultoria Legislativa
Área Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- Duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

10 *Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de*

15 *introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.*

20 *Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.*

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A república, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo*

35 *concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.
- (B) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (C) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (D) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (E) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.

2. No texto, o autor

- (A) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.
- (B) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (C) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (D) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (E) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.



3. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslise".
- (B) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (C) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (D) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaxímenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (E) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
4. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) e a este perguntou o que a Pintura poderia representar, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
- (B) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (C) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (D) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (E) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
5. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
- (B) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (C) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (D) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (E) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
6. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.
- (B) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (C) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (D) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (E) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
7. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
- (B) está correto em todos os seus aspectos.
- (C) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (D) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
8. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
- (B) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os munícipes, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (C) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (D) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode ser interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (E) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blogs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno'! Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."
(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!".

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

10. Considerados os textos do autor da coluna e do consultente, é correto dizer:

- (A) O autor da coluna e o consultente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.
- (B) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consultente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (C) O consultente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (D) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (E) O consultente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.

11. O autor

- (A) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.
- (B) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (C) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (D) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (E) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".



12. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronomes em:
- (A) *incluindo a palavra 'aguardo' // incluindo ela.*
 - (B) *Agradeço antecipadamente sua resposta // Agradeço-lhes antecipadamente.*
 - (C) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.*
 - (D) *não faltam lexicógrafos // não faltam-os.*
 - (E) *Gostaria de conhecer suas considerações // Gostaria de conhecê-las.*
-
13. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) As aspas em "*foros de cidade*" assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em "*no aguardo*".
 - (B) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (C) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (D) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por "porque".
 - (E) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
-
14. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *se extraiu o substantivo: se extraíram os substantivos.*
 - (B) *Trata-se de um vocábulo: Tratam-se de vocábulos.*
 - (C) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.*
 - (D) *é casca-grossa por natureza: são casca-grossas por natureza.*
 - (E) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.*
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) *Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...*
 - (B) *Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...*
 - (C) *Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...*
 - (D) *Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...*
 - (E) *Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...*



Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition

By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER

Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation's debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government's borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington's ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party's deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times's David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

"He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want," said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner's re-election as speaker. "It's going to really demoralize the base."

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. "Tonight's vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that's a needless drag on our economy," Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

"A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker's part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party," said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. "It is time for him to go."

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. "We're happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time," he said.

(Adapted from <http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments>. [html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0](http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&r=0))

16. Considere a seguinte definição:

Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.

Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?

- (A) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.
- (B) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
- (C) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
- (D) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
- (E) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.

17. Segundo o texto,

- (A) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.
- (B) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
- (C) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
- (D) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
- (E) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.

18. De acordo com o texto,

- (A) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.
- (B) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
- (C) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
- (D) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
- (E) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.

19. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by

- (A) in addition to.
- (B) however.
- (C) therefore.
- (D) then.
- (E) in spite of.

20. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a

- (A) the president.
- (B) Republican Party.
- (C) Tim Huelskamp.
- (D) Mr. Boehner.
- (E) David Leonhardt.



Regimento Interno

21. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de

- (A) Legislação.
- (B) Constituição e Justiça.
- (C) Finanças, Orçamento e Tributação.
- (D) Administração Pública.
- (E) Desenvolvimento Econômico.

22. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é

- (A) maioria simples.
- (B) 2/3 de seus membros.
- (C) 3/5 de seus membros.
- (D) maioria qualificada.
- (E) maioria absoluta.

23. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que

- (A) as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.
- (B) aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
- (C) a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
- (D) o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
- (E) no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.

24. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao

- (A) Presidente.
- (B) Segundo Secretário.
- (C) Terceiro Secretário.
- (D) Primeiro Secretário.
- (E) Vice-Presidente.

25. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará

- (A) temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irretroatável a partir daí.
- (B) efetiva e irretroatável após a sua publicação.
- (C) efetiva após sua publicação, mas retratável no período de 15 dias.
- (D) efetiva após sua publicação, mas retratável no período de 30 dias.
- (E) temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irretroatável a partir daí.

26. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:

- (A) Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
- (B) Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
- (C) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
- (D) Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (E) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.

27. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina

- (A) Direito de participação.
- (B) Aparte.
- (C) Questão de ordem.
- (D) Comunicação relevante.
- (E) Privilégio da dúvida.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito

- (A) à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (B) de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (C) de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (D) de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
- (E) de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.



29. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (D) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (E) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
-
30. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (C) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (D) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (E) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
-
31. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (C) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.



32. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1^o de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.
- (B) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (D) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (E) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

33. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.
- (B) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.

Direito Administrativo

34. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.
- (B) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (C) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (D) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (E) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
35. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
- (B) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (C) deputados estaduais e os juizes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (D) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (E) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
36. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



37. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

- (A) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.
- (B) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.
- (C) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.
- (D) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (E) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.

38. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:

- (A) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.
- (C) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (D) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.
- (E) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

39. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:

- (A) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.
- (B) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.
- (C) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.
- (D) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.
- (E) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.

Direito Financeiro

40. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:

- (A) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.
- (B) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.
- (C) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.
- (D) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.
- (E) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.

41. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, *caput*, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.

A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução

- (A) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.
- (C) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.
- (E) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.



42. O art. 159, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.
- (B) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre "transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal".
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (E) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.

43. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

"Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição."

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Crédito sujeito à prescrição.
- (B) Dívida Ativa Tributária.
- (C) Dívida Ativa não Tributária.
- (D) Crédito Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito não Tributário a ajuizar.

44. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.
- (B) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (C) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (D) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (E) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

**Raciocínio Lógico**

45. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a
- (A) 249.
(B) 245.
(C) 239.
(D) 244.
(E) 238.
46. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta
- (A) $x - y$.
(B) $z - y$.
(C) $x - y - z$.
(D) $x + y - z$.
(E) $z - x$
47. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é
- (A) 3.
(B) 2.
(C) 1.
(D) 0.
(E) 4.
48. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,
- (A) Alberto e Carlos.
(B) Miguel e João.
(C) Miguel e Alberto.
(D) João e Alberto.
(E) João e Carlos.
49. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:
- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
 - 56 têm conhecimentos de informática;
 - 49 têm conhecimentos contábeis.
- Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a
- (A) 26.
(B) 25.
(C) 18.
(D) 11.
(E) 7.
50. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a
- (A) $\frac{3}{28}$.
(B) $\frac{3}{14}$.
(C) $\frac{5}{28}$.
(D) $\frac{1}{7}$.
(E) $\frac{1}{14}$.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

51. Em julho de 2013, em meio às manifestações populares que se espalharam pelo país, o Senado Federal considerou aprovada, com 59 e 55 votos, no primeiro e segundo turnos de votação respectivamente, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que havia sido subscrita por 27 Senadores, de um total de 81 Senadores, visando diminuir as exigências referentes ao exercício de iniciativa popular para projetos de lei, bem como a viabilizá-la relativamente a propostas de emenda constitucional. A PEC foi, na sequência, remetida à Câmara dos Deputados, onde aguarda, desde então, emissão de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A PEC em questão

- (A) deverá ser discutida e aprovada, em dois turnos de votação, na Câmara dos Deputados, para então ser promulgada, com o respectivo número de ordem, pelo Presidente da República.
- (B) padece de vício de iniciativa, na medida em que não se atingiu o número mínimo de assinaturas necessárias à propositura de propostas dessa natureza.
- (C) foi, em verdade, rejeitada no segundo turno de votação, em que não se alcançou o *quorum* necessário à aprovação de emendas à Constituição, de maneira que deveria ter sido arquivada e a matéria somente poderia ser objeto de eventual nova PEC a partir da sessão legislativa seguinte.
- (D) não poderia ter sido objeto de deliberação pelo Senado Federal, diante da existência de limitações circunstanciais ao poder de reforma constitucional, vigentes à época de sua aprovação.
- (E) versa, em parte, sobre matéria que diz respeito a aspecto formal ou procedimental da reforma constitucional, considerado por parcela da doutrina como limite implícito ao poder de reforma.

52. A Câmara dos Deputados mediante requerimento de 181 de seus 513 membros, instala Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com vistas a apurar, em determinado prazo, supostas irregularidades na execução de contratos de fornecimento de refeições para presídios mantidos pelo Governo federal. Para dar início a suas atividades, a CPI pretende convocar o Ministro de Estado da pasta responsável pelos estabelecimentos prisionais, para que preste esclarecimentos, bem como determinar a quebra de sigilo bancário de um servidor do primeiro escalão do Ministério, que figura como indiciado, diante da existência de fortes elementos de que teria se apropriado irregularmente de parte dos recursos que seriam destinados ao pagamento das refeições. Nessa hipótese, a CPI

- (A) atende aos requisitos constitucionais quanto ao requerimento para instalação e objeto, bem como dispõe de poderes investigatórios para a prática dos atos pretendidos.
- (B) não poderia ter sido instalada, uma vez que não foi observado o *quorum* mínimo estabelecido pela Constituição da República para seu requerimento.
- (C) não poderia ter sido instalada, uma vez que seu objeto não atende aos requisitos estabelecidos na Constituição da República, para investigação parlamentar.
- (D) não poderá convocar o Ministro de Estado para prestar esclarecimentos, por não se incluir esta faculdade entre seus poderes de investigação.
- (E) não poderá determinar quebra de sigilo bancário do servidor indiciado, por se tratar de matéria sujeita à reserva jurisdicional.

53. Projeto de lei complementar de iniciativa de Deputado Federal, a fim de regulamentar o direito à percepção de seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário de empregado doméstico, é aprovado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal, onde é rejeitado e arquivado. Nessa hipótese,

- (A) a matéria não poderia ter sido, nem poderá ser, objeto de projeto de lei, por se tratar de direito assegurado constitucionalmente aos empregados domésticos, independentemente de regulamentação.
- (B) o projeto possuía vício de iniciativa, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (C) o projeto possuía vício formal, pois a matéria, que não é reservada a lei complementar, deveria ter sido objeto de projeto de lei ordinária.
- (D) o projeto não poderia ter sido encaminhado ao Senado Federal, já que não atingiu o *quorum* de aprovação exigido pela Constituição da República para a espécie legislativa em questão.
- (E) a matéria somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.



54. A Constituição da República prevê em relação tanto ao Conselho Nacional de Justiça como ao Conselho Nacional do Ministério Público:
- I. A criação de Ouvidorias competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, respectivamente, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente aos Conselhos.
 - II. A participação de dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e de dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal, em sua composição.
 - III. O exercício da função de Corregedor por um de seus membros, com a atribuição, entre outras, de exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral.
 - IV. A competência para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros das carreiras respectivas, julgados há pelo menos um ano.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

55. Em setembro de 2013, alguns Deputados Federais impetraram, conjuntamente, um mandado de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal – STF, contra a tramitação da proposta de emenda à Constituição – PEC 215/2000, que visa submeter à aprovação do Congresso Nacional a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Considerada a disciplina da matéria na Constituição da República e a jurisprudência do STF a esse respeito, referida ação, em tese,

- (A) não poderá prosperar, uma vez que não se admite o controle jurisdicional do processo de elaboração de emendas à Constituição.
- (B) reúne condições de admissibilidade, quanto à legitimidade ativa e ao objeto.
- (C) não poderá prosperar, uma vez que apenas se reconhece legitimidade ao parlamentar individualmente, e não em conjunto, para impetrar mandado de segurança em defesa do direito ao devido processo legislativo.
- (D) não reúne condições de admissibilidade, quanto ao objeto, uma vez que a PEC 215/2000 não versa sobre matéria em relação à qual haja limitações ao poder de reforma.
- (E) não é admissível, uma vez que o sistema brasileiro somente reconhece o controle preventivo de constitucionalidade exercido por órgãos de natureza política.

56. O Governador de determinado Estado, com base em permissivo da constituição estadual respectiva, edita medida provisória para regulamentar a exploração, pelo Estado, direta ou mediante concessão, de serviços locais de gás canalizado. Referida situação é incompatível com a Constituição da República porque

- (A) compete privativamente à União legislar sobre licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) somente o Presidente da República pode editar medidas provisórias, sendo vedado às Constituições estaduais preverem a possibilidade de o Governador do Estado editá-las.
- (C) a exploração do serviço de gás canalizado é matéria de competência legislativa do Município, por se tratar de interesse local.
- (D) é vedada a edição de medida provisória para a regulamentação da matéria, a despeito de esta ser da competência do Estado, por expressa previsão constitucional.
- (E) a matéria é de competência concorrente, cabendo à União editar normas gerais, tais como as de regulamentação da exploração dos serviços.

57. Na hipótese de o Supremo Tribunal Federal – STF dar provimento a representação do Procurador-Geral da República, para intervenção da União em determinado Estado da federação, por ter aplicado apenas 25% da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, a decisão do STF seria

- (A) compatível com a Constituição da República.
- (B) incompatível com a Constituição da República, por vício de procedimento, já que é do Superior Tribunal de Justiça a competência para dar provimento à representação interventiva.
- (C) incompatível com a Constituição da República, por não estar configurada hipótese de intervenção federal.
- (D) incompatível com a Constituição da República, que não admite a decretação de intervenção federal mediante representação do Procurador-Geral da República.
- (E) incompatível com a Constituição da República, por se tratar de hipótese de decretação autônoma, pelo Presidente da República, independentemente de representação ou requisição.



58. A Constituição da República prevê, como mecanismo de controle de constitucionalidade exercido pelo Poder Legislativo, a
- (A) suspensão, pelo Senado Federal, da execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) suspensão, pelo Senado Federal, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites de delegação legislativa.
 - (C) suspensão, pela Câmara dos Deputados, dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem de seu poder regulamentar.
 - (D) apreciação, por Comissão mista de Deputados e Senadores, da constitucionalidade de propostas de emenda à Constituição.
 - (E) aprovação ou suspensão, pelo Senado Federal, do estado de defesa e da intervenção federal.

59. Proposta de emenda à Constituição, atualmente em trâmite perante a Câmara dos Deputados, pretende alterar alguns aspectos do procedimento de apreciação das medidas provisórias pelas Casas do Congresso Nacional, prevendo, entre outras mudanças, que elas *“perderão eficácia, desde o início de sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes (...) se não forem aprovadas: I – pela Câmara dos Deputados no prazo de oitenta dias contado de sua edição; II – pelo Senado Federal no prazo de trinta dias contado de sua aprovação pela Câmara dos Deputados; III – pela Câmara dos Deputados, para apreciação das emendas do Senado Federal, no prazo de dez dias contado de sua aprovação por esta Casa.”* A PEC prevê, ainda, que, *“preliminarmente ao seu exame pelo Plenário, as medidas provisórias serão submetidas, para juízo sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, à comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias”* no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Na hipótese de a PEC vir a ser aprovada e promulgada, considerada a disciplina da matéria na Constituição da República como vigente, sofrerão alteração

- (A) a perda de eficácia das medidas provisórias não aprovadas, que passará a ser retroativa, em regra, e o trâmite nas Casas legislativas, que atualmente não conta com prazos especificados e diferenciados para apreciação das medidas provisórias em cada uma delas.
- (B) o prazo de vigência das medidas provisórias, que passará a ser o dobro do atual, independentemente de reedição, e a forma de regulação das relações decorrentes das medidas provisórias, na hipótese de perda de eficácia, matéria atualmente não disciplinada na Constituição.
- (C) o trâmite nas Casas legislativas, que atualmente não conta com prazos especificados e diferenciados para apreciação das medidas provisórias em cada uma delas, e a emissão de parecer sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, atualmente a cargo de Comissão mista de Deputados e Senadores.
- (D) a perda de eficácia das medidas provisórias não aprovadas, que passará a ser retroativa, em regra, e seu prazo de vigência, que passará a ser o dobro do atual, independentemente de reedição.
- (E) a emissão de parecer sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, atualmente a cargo de Comissão mista de Deputados e Senadores, e a forma de regulação das relações decorrentes das medidas provisórias, na hipótese de perda de eficácia, matéria atualmente não disciplinada na Constituição.

60. Considere a seguinte ementa de julgado do Plenário do Supremo Tribunal Federal:

“1. Recurso extraordinário. 2. Administrativo. 3. Concurso Público. Edital. Cláusulas de Barreira. Estabelecimento de condições de afunilamento para que apenas os candidatos melhores classificados continuem no certame. 4. Configurada a relevância social e jurídica da questão. 5. Repercussão geral reconhecida.”

Considere, ainda, a informação, constante do acórdão respectivo, de que a decisão foi tomada por maioria de votos, vencido um dos Ministros, não tendo se manifestado outros dois.

Nesse caso,

- (A) foi reconhecida a repercussão geral e julgado o mérito de questão constitucional suscitada em sede de recurso extraordinário, decisão esta que valerá desde logo para todos os recursos sobre matéria idêntica.
- (B) foi julgado o mérito de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, não tendo havido, contudo, declaração de inconstitucionalidade do ato submetido à apreciação do Tribunal, por insuficiência de *quorum* para tanto.
- (C) foi reconhecida a repercussão geral de questão constitucional suscitada em sede de recurso extraordinário, o que autoriza, a partir de sua publicação, que sejam julgados todos os recursos sobre matéria idêntica.
- (D) foi julgado o mérito de recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, tendo havido, inclusive, declaração de inconstitucionalidade do ato submetido à apreciação do Tribunal, à vista da obtenção do *quorum* para tanto.
- (E) foi reconhecida a repercussão geral de questão constitucional suscitada em sede de recurso extraordinário, cujo mérito deverá ser objeto de julgamento diverso pelo STF.



61. Servidor público integrante dos quadros de órgão da Administração pública federal pretende ter reconhecido judicialmente o direito à contagem diferenciada do tempo para aposentadoria, em decorrência de atividade em trabalho insalubre, tendo em vista a inércia do Congresso Nacional em regulamentar, mediante lei complementar, a aposentadoria especial, como determina a Constituição da República. Para tanto, poderá o interessado valer-se de
- (A) ação declaratória de constitucionalidade, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) mandado de injunção, de competência originária do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (C) mandado de injunção, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) mandado de injunção, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) ação direta de inconstitucionalidade, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

62. Ao disciplinar os projetos de leis orçamentárias, a Constituição da República estabelece, relativamente ao poder de emenda parlamentar, que
- (A) as emendas ao projeto de lei do plano plurianual não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) as emendas serão apresentadas perante Comissão mista permanente, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.
 - (C) não poderá haver emendas ao projeto de lei do orçamento anual que indiquem como recursos necessários os provenientes de anulação de despesa.
 - (D) não poderão ser aprovadas emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
 - (E) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação, na Câmara dos Deputados, da parte cuja alteração é proposta.

63. Considere as afirmativas abaixo.

- I. As organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público quando recebem recursos repassados voluntariamente pela União estão obrigadas, nas aquisições de produtos e contratações de serviços com referidos recursos, adotar a modalidade licitatória denominada de Pregão, na forma eletrônica, devendo, necessariamente, justificar a adoção da forma presencial.
- II. A Lei nº 8.666/1993 prevê cinco modalidades de licitação, quais sejam: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão; a Lei nº 10.520/2002 disciplina nova modalidade licitatória, porém veda a aplicação subsidiária das normas da primeira.
- III. Em razão dos princípios da eficiência e da economicidade é facultado ao administrador combinar as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993 para, com isso, alcançar a melhor contratação possível e implementar a denominada Administração de resultados.
- IV. A lei nº 8.666/1993 indica os critérios de aplicação da modalidade licitatória concorrência, que, nesse sentido, é obrigatória para o registro de preços a que se refere o seu artigo 15, § 3º, I, ressalvada a possibilidade de utilização do pregão, conforme artigos 11 e 12 da Lei nº 10.520/2002.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV.
- (B) I.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) III e IV.

64. É correto afirmar que a contratação integrada, disciplinada pela Lei nº 12.462/2011, denominada Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC

- (A) aplica-se indistintamente a todas as contratações, de obras ou de serviços, voltadas aos eventos esportivos que proximamente serão realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas, desde que não compreendam a elaboração de projeto básico e executivo.
- (B) não se aparta das demais modalidades de empreitada de que cuida a Lei nº 8.666/1993, exceto por ser, a contratação integrada, voltada às obras dos eventos esportivos que proximamente serão realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas.
- (C) não se distingue da modalidade de empreitada integral de que cuida a Lei nº 8.666/1993, dado que ambas situam-se na categoria denominada *tum key*, exceto por ser, a contratação integrada, voltada às obras dos eventos esportivos que proximamente serão realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas.
- (D) é um regime de execução contratual em que há transferência do risco de elaboração dos projetos básico e executivo ao contratado, havendo, ainda, vedação à celebração de aditivos.
- (E) é um regime de execução contratual em que a Lei de regência veda a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, constituindo-se em exceção ao disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, mesmo nas hipóteses de caso fortuito ou força maior ou de determinação unilateral da Administração.



65. Considerando o processo de descentralização administrativa, são formas do referido fenômeno:
- (A) as concessionárias e permissionárias para as quais são transferidas a execução e titularidade de serviços públicos, na forma do artigo 175 da CF.
 - (B) as autarquias, as fundações governamentais e os consórcios públicos, que, no entanto, não detém a gestão dos serviços, mas apenas estão autorizados a executá-los.
 - (C) as autarquias e os consórcios públicos, instituídos para gestão associada de serviços públicos de que trata o artigo 241 da Constituição Federal, na forma da Lei nº 11.107/2005.
 - (D) as entidades de direito público criadas pelos entes estatais, excluindo-se dessa forma de distribuição de competências as entidades com personalidade de direito privado, instituídas pelo Poder Público, porque a elas não se pode transferir a titularidade e a execução de serviços públicos.
 - (E) as sociedades de economia mista e as empresas públicas criadas por lei com personalidade de direito privado.

66. Considere as afirmativas abaixo.

- I. A Administração pública está obrigada à licitação regra que é excepcionada pela Lei nas denominadas hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.
- II. A diferença entre as duas hipóteses de contratação direta está no fato de que, na dispensa, não há possibilidade de competição que justifique a licitação, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda à necessidade da administração; na inexigibilidade, ao contrário, há possibilidade de competição, mas a Lei faculta à Administração não realizá-la.
- III. Às contratações realizadas com fundamento no regime diferenciado de contratações (RDC) aplicam-se, nos termos da Lei, as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, havendo, ainda, necessidade de obediência ao disposto no artigo 26 da mesma Lei.
- IV. As hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas em lei são exaustivas não havendo possibilidade de aplicação a situações não prevista expressamente, porque constituem uma exceção à regra geral que exige licitação.
- V. Cabe ao administrador, utilizando-se de juízo discricionário, parcelar o objeto da licitação para lançar mão da hipótese de dispensa de licitação prevista em Lei e, com isso, atender de forma mais eficiente às necessidades da Administração.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) I.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

67. A Prefeitura do Município de Águas Brancas, tentando utilizar-se do poder de compra da Administração para implementar política pública consistente no fomento à atividade pesqueira, editou Decreto determinando que nos seus procedimentos licitatórios para aquisição de produtos fosse incluída cláusula estabelecendo margem de preferência para bens manufaturados pesqueiros advindos do referido Município. Considerando o caso hipotético, é correto afirmar que:

- (A) a previsão editalícia não conflita com os princípios regedores do agir administrativo, porque encontra fundamento na exceção à regra da isonomia, consubstanciada no princípio da licitação sustentável, que, para os fins a que se destina, independe da forma de manejo.
- (B) a cláusula encontra fundamento no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, porque estabelece restrição pertinente e relevante para o atingimento da finalidade de interesse público buscada.
- (C) em razão do princípio da vinculação ao instrumento convocatório referida cláusula, porque fundamentada em ato regulamentar, é lícita.
- (D) a Lei nº 8.666/1993 passou a agasalhar a possibilidade de inclusão de cláusulas restritivas que tais, especialmente quando fundamentadas na garantia do desenvolvimento local e no incentivo ao mercado interno.
- (E) a cláusula conflita com os princípios da isonomia, da competitividade e da legalidade, que são alicerces da licitação, razão pela qual qualquer interessado que se sinta lesado poderá impugnar o edital.



68. Determinada construtora foi contratada, mediante prévio procedimento licitatório, para realizar obras de reforma em um hospital estadual. No curso da execução do contrato, em face de requisitos para certificação do referido hospital perante o Ministério da Saúde para recebimento de recursos do Sistema Único de Saúde, a Administração contratante se viu obrigada a alterar as especificações do projeto apresentado aos concorrentes na fase de licitação para a contratação das obras. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993,
- (A) é admissível a alteração do contrato de forma unilateral pela Administração contratante, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (B) será necessária a reabertura do procedimento licitatório, para que todos os concorrentes habilitados possam apresentar novas propostas.
 - (C) não é possível a alteração do contrato para contemplar as novas especificações, haja vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sendo necessária a instauração de novo procedimento licitatório.
 - (D) é possível o aproveitamento do mesmo contrato, que poderá ser aditado para as referidas adequações, com a concordância da contratada, até o limite de 50% do seu valor original.
 - (E) a contratada somente é obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato, acréscimos que não ultrapassem 25% do valor original do contrato corrigido monetariamente.
-
69. Considerando a condição de ingresso no serviço público, é correto afirmar:
- (A) é exceção à regra do concurso público as nomeações para os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, havendo outras exceções à referida forma de ingresso previstas na Constituição Federal.
 - (B) a investidura em cargo efetivo dá-se mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, restrito aos brasileiros natos.
 - (C) os estrangeiros podem ser investidos em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo-lhes vedada, no entanto, a investidura em cargos efetivos ou empregos públicos, restritos que são aos brasileiros natos.
 - (D) a admissão no serviço público pode se dar independentemente de concurso público para os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, sendo inteiramente livre, aos administradores, a escolha dos seus ocupantes.
 - (E) são exceção à regra do concurso público as formas de provimento denominadas de ascensão ou transposição, que legitimam os denominados concursos públicos internos.
-
70. Considerando a Lei estadual nº 6.123/1968, é correto afirmar que
- (A) o interessado deve entrar em exercício no prazo de trinta dias a contar data da posse, prazo improrrogável, nos termos da Lei.
 - (B) a posse de aprovado em concurso público deve ocorrer no prazo de 30 dias a contar da publicação do ato de provimento, prazo este improrrogável nos termos da Lei.
 - (C) a posse deve ocorrer em 30 dias a contar da publicação do ato de provimento, prazo que pode ser prorrogado, a requerimento do interessado, desde que haja justa causa, por até 180 dias.
 - (D) a ausência de posse no prazo estabelecido na Lei importa na não aceitação do provimento e em renúncia ao direito de nomeação, qualquer que seja o motivo do decurso de prazo.
 - (E) o prazo estipulado pela Lei para que o empossado entre em exercício pode ser, a pedido daquele, prorrogado por 180 dias.
-
71. Quanto à vinculação dos servidores públicos (sentido lato) ao regime previdenciário, é correto afirmar que
- (A) a contribuição previdenciária no denominado regime próprio de previdência alcança tão somente os servidores ativos, não atingindo os inativos e pensionistas.
 - (B) o denominado regime próprio de previdência é aplicável aos ocupantes de cargos efetivos dos entes federativos, aplicando-se aos servidores da Administração pública indireta, necessariamente, o regime de geral de previdência social.
 - (C) o ocupante de emprego público submete-se ao regime geral de previdência social, já o se ocupante exclusivamente de cargo em comissão, ao contrário, submete-se ao regime próprio de previdência.
 - (D) os servidores titulares de cargos efetivos de autarquias e fundações submetem-se ao regime previdenciário próprio do servidor público.
 - (E) o titular de cargo efetivo nos quadros da Administração que venha a ocupar cargo em comissão passa, obrigatoriamente, a integrar o regime geral de previdência social.



72. Uma empresa privada da qual o Estado participa como acionista minoritário, tendo concorrido com 20% do patrimônio da referida empresa quando de sua criação, foi lesada por ato de seus administradores, consistente na aplicação de grande soma de recursos financeiros em empreendimento sabidamente deficitário. Compõem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da referida empresa, tanto particulares como agentes públicos, estes últimos representando o Estado como acionista minoritário. O prejuízo causado à empresa pela conduta dos administradores
- (A) poderá, em tese, caracterizar improbidade administrativa, desde que caracterizado enriquecimento ilícito dos administradores e dano ao patrimônio público.
 - (B) poderá, em tese, caracterizar improbidade administrativa, limitando-se a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
 - (C) não é passível de subsunção às disposições da Lei de Improbidade Administrativa, que somente se aplica no caso de empresas em relação às quais o Poder Público detenha participação majoritária.
 - (D) estará sujeito ao enquadramento na Lei de Improbidade Administrativa exclusivamente no que diz respeito à conduta de agentes públicos.
 - (E) somente será passível de caracterização como ato de improbidade administrativa se caracterizada conduta dolosa dos administradores.
-
73. Após a celebração de contrato de concessão para a exploração de transporte intermunicipal de passageiros, foi editada legislação federal reduzindo a carga tributária incidente sobre as receitas obtidas pela concessionária com a prestação dos serviços concedidos. De acordo com a legislação que regulamenta a matéria,
- (A) trata-se de hipótese de fato do príncipe, consistente na única circunstância que admite reequilíbrio a favor do Poder Concedente, independentemente do impacto nos preços ofertados.
 - (B) somente seria cabível o reequilíbrio econômico-financeiro caso se tratasse de majoração ou criação de novo tributo.
 - (C) é cabível reequilíbrio econômico-financeiro a favor do Poder Concedente, quando comprovado o impacto da alteração, que poderá ser implementado com redução da tarifa cobrada do usuário.
 - (D) somente seria cabível o reequilíbrio econômico-financeiro a favor do Poder Concedente em se tratando de imposto sobre a renda da concessionária.
 - (E) admite-se o reequilíbrio econômico-financeiro, tanto a favor da concessionária como do Poder Concedente, desde que comprovado que a alteração tributária constituiu álea econômica extraordinária.
-
74. A Administração estadual contratou, com inexigibilidade de licitação, uma empresa de consultoria econômico-financeira, de notória especialização, para estruturar um programa de redução de despesas e otimização de recursos humanos. Iniciada a execução do contrato, a consultoria deparou-se com diversas dificuldades para a obtenção dos dados necessários e, mais adiante, a contratante sustou os pagamentos devidos à contratada, sob a alegação de que estaria reavaliando a pertinência da contratação. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993,
- (A) somente por acordo entre as partes poderá ser rescindido o contrato, assegurada à contratada o pagamento pelas etapas executadas e custos de mobilização, vedado o pagamento de lucros cessantes.
 - (B) a consultoria poderá rescindir o contrato, exercendo direito de arrependimento, eis que contratada com inexigibilidade de licitação.
 - (C) caso constatado atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos por parcelas já executadas, a contratada poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações.
 - (D) a contratada somente poderá suspender os serviços prestados mediante decisão judicial, sob pena de declaração de inidoneidade.
 - (E) a Administração somente poderá rescindir o contrato na hipótese de comprovado descumprimento por parte da contratada.
-
75. O Estado pretende construir um novo hospital especializado em tratamento oncológico, dotá-lo dos equipamentos necessários e, quando do início da operação do mesmo, transferir à iniciativa privada a prestação de serviços não clínicos, tais como exames laboratoriais, limpeza e alimentação hospitalar. Para tanto, poderá adotar a modalidade contratual:
- (A) Empreitada integral, com pagamento das obras a cargo do Estado, que também poderá complementar o custeio das despesas operacionais não cobertas com a exploração dos serviços pelo particular.
 - (B) Concessão patrocinada, complementando a remuneração auferida pelo parceiro privado com contraprestação pública.
 - (C) Concessão de serviço público precedida de obra pública, arcando o Estado com os custos da construção e o privado com os de operação e manutenção, remunerando-se mediante a cobrança dos serviços não clínicos diretamente dos usuários.
 - (D) Concessão comum, transferindo ao privado a exploração dos serviços rentáveis, cuja receita poderá remunerar os custos operacionais e amortizar os investimentos na construção.
 - (E) Concessão administrativa, remunerando-se o privado pelas obras, aquisição de equipamentos e prestação de serviços com contraprestação pecuniária paga pelo poder público.



76. Uma empresa privada solicitou autorização ao Estado para utilizar imóvel público consistente em um antigo centro de exposições agropecuárias desativado, objetivando reformá-lo e recolocá-lo em operação conforme sua destinação original. Considerando o regime jurídico dos bens públicos,
- (A) a utilização do imóvel ao particular somente é possível mediante contrato de arrendamento.
 - (B) o Estado poderá outorgar permissão de uso, a título precário, desde que mediante prévia autorização legislativa.
 - (C) o Estado somente poderá autorizar a utilização do imóvel pelo particular se o mesmo for desafetado.
 - (D) é possível a outorga de autorização de uso do imóvel, porém não em caráter privativo.
 - (E) o Estado poderá outorgar concessão de uso, por prazo determinado, mediante licitação.

77. Considere as seguintes afirmações acerca dos consórcios públicos regidos pela Lei nº 11.107/2005:

- I. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- II. O contrato de programa continuará vigente mesmo quando extinto o consórcio público ou o convênio de cooperação que autorizou a gestão associada de serviços públicos.
- III. O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, o que não se dá com os de personalidade jurídica de Direito público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

Direito Eleitoral e Partidário e Ciência Política

78. A polícia dos trabalhos eleitorais perante as Mesas Receptoras cabe somente

- (A) ao Juiz Eleitoral e à força armada.
- (B) ao Presidente da Mesa Receptora e ao Juiz Eleitoral.
- (C) ao Presidente da Mesa Receptora e à força armada.
- (D) ao Juiz Eleitoral.
- (E) ao Presidente da Mesa Receptora.

79. Aplica-se o sistema da representação proporcional nas eleições para

- (A) Presidente da República e para o Senado Federal.
- (B) a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas.
- (C) Prefeitos Municipais e para as Câmaras Municipais.
- (D) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal.
- (E) Governador de Estado e para as Assembleias Legislativas.

80. A respeito da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, é correto afirmar que podem vir a integrá-los, dentre outros juízes, um

- (A) Procurador da República indicado pelo Presidente da República.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do respectivo Estado.
- (E) membro do Ministério Público do respectivo Estado.

81. São elegíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, ainda que não tenham se afastado de seus cargos e funções até seis meses antes do pleito,

- (A) os presidentes de entidade de classe que opere em outro Estado da Federação.
- (B) os chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República.
- (C) os Ministros de Estado.
- (D) os Interventores Federais.
- (E) os Secretários do Estado.



82. Quanto à multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral, considerar-se-ão quites os candidatos que comprovarem o parcelamento da dívida regularmente cumprido até a data
- (A) da posse.
 - (B) do deferimento do pedido de registro de candidatura.
 - (C) da formalização do seu pedido de registro de candidatura.
 - (D) do pleito eleitoral.
 - (E) da diplomação.
-
83. Na eleição para Governador do Estado, nenhum dos candidatos obteve, no primeiro turno, a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos. Lucius, o mais votado, faleceu logo após a proclamação do resultado. Petrus foi o segundo mais votado. Em terceiro lugar, figuraram, empatados, Plinius e Maurus. Nesse caso,
- (A) far-se-á nova eleição, em segundo, turno entre Petrus e o candidato que concorreu a Vice-Prefeito com Lucius.
 - (B) far-se-á nova eleição, em segundo turno, entre Petrus e o que, entre Plinius e Maurus, for escolhido por sorteio realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral.
 - (C) não se fará nova eleição, em segundo turno, e Petrus será considerado eleito.
 - (D) far-se-á nova eleição, em segundo turno, entre Petrus, Plinius e Maurus.
 - (E) far-se-á nova eleição, em segundo turno, entre Petrus e o mais idoso entre Plinius e Maurus.
-
84. No que concerne à exclusão de eleitor, é INCORRETO afirmar que
- (A) a exclusão de eleitor poderá ser requerida por delegado de partido.
 - (B) o juiz poderá mandar processar a exclusão *ex officio*.
 - (C) a defesa do eleitor pode ser feita por delegado de partido.
 - (D) durante o processo de exclusão o eleitor está impedido de votar.
 - (E) da decisão do Juiz Eleitoral cabe recurso no prazo de três dias.
-
85. A respeito da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, considere:
- I. É permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos em âmbito regional, inclusive no horário eleitoral gratuito, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.
 - II. A propaganda eleitoral paga só poderá ser feita fora do horário eleitoral gratuito, devendo os respectivos custos constarem da prestação de contas de cada partido.
 - III. Os cortes instantâneos ou a censura prévia nos programas eleitorais gratuitos só poderão ser feitos pela Justiça Eleitoral, quando houver denúncia de descumprimento da legislação pertinente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
86. O candidato atingido, de forma indireta, por afirmação injuriosa feita no horário eleitoral gratuito, poderá pedir o exercício do direito de resposta no prazo de
- (A) quarenta e oito horas, contado da obtenção da gravação da ofensa junto à emissora de rádio ou televisão.
 - (B) quarenta e oito horas, contado a partir da veiculação da ofensa.
 - (C) vinte e quatro horas, contado a partir da veiculação da ofensa.
 - (D) vinte e quatro horas, contado da comunicação do fato ao Juiz Eleitoral.
 - (E) quarenta e oito horas, contado da comunicação do fato ao Juiz Eleitoral.
-
87. Os partidos Alpha, Gama e Beta formaram uma coligação para disputar as eleições para os cargos de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e Vereador do município de Gibraltar. Nesse caso, poderão
- (A) indicar delegados para representar a coligação perante a Justiça Eleitoral.
 - (B) dar à coligação o nome de "Coligação Vote nos Candidatos de Nossos Partidos".
 - (C) autorizar a inscrição na chapa da coligação apenas candidatos de partidos que tenham conseguido eleger Vereadores no pleito anterior.
 - (D) lançar candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito até o limite do número de partidos que a integram.
 - (E) usar, na propaganda para a eleição majoritária, apenas o nome do partido a que o candidato for filiado.



88. Não constitui crime eleitoral, no dia da eleição,
- (A) a propaganda de boca de urna.
 - (B) a arregimentação de eleitor.
 - (C) o uso de autofalantes e amplificadores de som.
 - (D) a promoção de comício ou carreata.
 - (E) a manifestação individual e silenciosa de eleitor revelada pelo uso de broches e adesivos.

89. A respeito das pesquisas eleitorais, considere:

- I. Nome de quem contratou a pesquisa.
- II. Nome de quem pagou pela realização do trabalho.
- III. Questionário completo aplicado ou a ser aplicado.
- IV. Nome dos entrevistados.
- V. Sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo.

As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativa às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar junto a Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, dentre outras, as informações constantes em

- (A) III, IV e V, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

90. No processo penal eleitoral, é de cinco dias o prazo para

- (A) as partes apresentarem alegações finais.
- (B) interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) o Ministério Público apresentar a denúncia.
- (D) o réu ou seu defensor oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.
- (E) o Juiz proferir a sentença.

Técnica Legislativa e Normas Regimentais

91. A Lei Complementar nº 95/1998 dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal. Nos termos desta Lei Complementar, a unidade básica de articulação dos textos legais denomina-se

- (A) Item.
- (B) Comando.
- (C) Artigo.
- (D) Inciso.
- (E) Alínea.

92. Um Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE recebeu a incumbência de elaborar um projeto de lei. Para tanto, deve atender ao disposto na Lei Complementar nº 171/2011. Esse dispositivo legal define que as três partes básicas da estrutura da lei são:

- (A) Preâmbulo, Ementa e Texto Normativo.
- (B) Cabeçalho, Ementa e Preâmbulo.
- (C) Cabeçalho, Texto Normativo e Fecho.
- (D) Epígrafe, Ementa e Preâmbulo.
- (E) Epígrafe, Texto Normativo e Fecho.

93. Uma das atividades que exige maior atenção do Analista Legislativo é quanto à alteração das leis, uma vez que sempre deve se ater às regras estabelecidas na Lei Complementar nº 171/2011, principalmente para assegurar a clareza e a precisão do texto legal. A utilização das siglas NR e AC deve ocorrer, respectivamente, nos casos de

- (A) Nota de Redação de Dispositivo e Alteração de Capítulo.
- (B) Nova Redação de Dispositivo e Acréscimo de Dispositivo.
- (C) Nota do Redator sobre Dispositivo e Acréscimo de Capítulo.
- (D) Nova Revogação de Dispositivo e Acréscimo de Conteúdo.
- (E) Nota de Revogação de Dispositivo e Alteração de Conteúdo.



94. Um Deputado esteve ausente por várias Reuniões Ordinárias Plenárias mensais. Nos termos do Regimento da ALEPE, deverá apresentar pedido de licença se essas ausências forem superiores a
- (A) 7 reuniões.
 - (B) 8 reuniões.
 - (C) 3 reuniões.
 - (D) 10 reuniões.
 - (E) 5 reuniões.
-
95. O artigo 13, §1º, da Lei Complementar nº 95/1998 dispõe que a consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados. É regra atinente a essa consolidação de leis que a
- (A) apreciação do projeto de lei pelo Poder Legislativo será mediante procedimento simplificado.
 - (B) homogeneização terminológica do texto deve ser expressa e fundamentadamente justificada.
 - (C) formulação do projeto de lei é de competência exclusiva do Poder Legislativo.
 - (D) medida provisória, convertida ou não em lei, não pode ser objeto de consolidação.
 - (E) diferente colocação e numeração de artigos consolidados é vedada.
-
96. Um Deputado entrou no recinto da ALEPE portando arma, fato que obrigou a ação do corpo de segurança da Casa. Essa conduta, caso não caiba cominação mais grave, está sujeita à medida disciplinar de
- (A) perda do mandato mediante decisão do Plenário.
 - (B) advertência.
 - (C) suspensão temporária do exercício do mandato.
 - (D) censura escrita.
 - (E) perda do mandato mediante declaração da Mesa Diretora.
-
97. Ao Deputado acusado de alguma das infrações tipificadas no Código de Ética Parlamentar é assegurado um procedimento disciplinar no qual será respeitado o contraditório e a ampla defesa. No caso de perda do mandato por perda ou suspensão de direitos políticos será aplicado o Procedimento Disciplinar
- (A) Extraordinário.
 - (B) Ordinário.
 - (C) Especial.
 - (D) Sumário.
 - (E) Simplificado.
-
98. O Palácio Joaquim Nabuco, localizado na cidade de Recife, é o recinto das reuniões legislativas da ALEPE. Todavia, o Presidente da ALEPE solicitou que a Assembleia se reunisse em outro local do Estado por motivo relevante. Essa medida necessita ser aprovada por
- (A) 1/3 dos membros da Assembleia.
 - (B) 2/3 dos membros da Assembleia.
 - (C) 2/5 dos membros da Assembleia.
 - (D) 3/5 dos membros da Assembleia.
 - (E) 4/5 dos membros da Assembleia.
-
99. O Regimento Interno da ALEPE prevê que em cada legislatura serão realizadas sessões preparatórias, legislativas ordinárias e legislativas extraordinárias. É regra atinente à realização dessas sessões que:
- (A) é vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão de convocação para a sessão extraordinária.
 - (B) as legislativas extraordinárias são realizadas antes do início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias.
 - (C) as legislativas ordinárias dependem de convocação.
 - (D) as legislativas ordinárias não serão encerradas sem a votação dos planos de Governo relativos à saúde e educação.
 - (E) se não concluídos os trabalhos que motivaram a convocação da sessão extraordinária, esta não será encerrada, ainda que finalizado o período de recesso parlamentar.
-
100. A estrutura organizacional da ALEPE está estabelecida no seu Regimento Interno. Nesses termos, é órgão da ALEPE
- (A) as lideranças parlamentares.
 - (B) os partidos políticos.
 - (C) os blocos partidários.
 - (D) o corpo de Segurança Interna.
 - (E) o Deputado.